

RESUMO EXECUTIVO – CADERNO 11: SEGURANÇA PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

A partir do **Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Acre – ACRESCE**, este Resumo Executivo retrata a Segurança Pública do Estado, a partir dos indicadores mais recentes disponíveis sobre o cenário da violência e da criminalidade no Acre e em cada um dos 22 municípios, no período de 2017 a 2022.

Para este relatório foram consultadas as seguintes fontes de dados secundários: Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública do Ministério da Justiça e da Segurança Pública – MJSP (2022), Anuários da Segurança Pública do Fórum de Segurança Pública (2019 a 2023), Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (2023), Avaliação das Fronteiras do Brasil (IPEA, Ministério da Integração Nacional, 2015), Sistema Siconfi da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (2023), Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - Sisdepen/MJSP, 2023 e Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan/Ministério da Saúde, 2023. Alguns dados foram coletados diretamente, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), na Polícia Rodoviária Federal, no Sistema Único de Segurança Pública e no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) e Estimativas da População (IBGE, 2017 a 2022).

Foram pesquisadas ainda publicações como: *Global Study on Homicide* (UNODC, 2023), Levantamento da Geodiversidade do Estado do Acre (IGDEO, 2015), pesquisas ou relatórios internacionais como *World Drugs Report* (ONU, 2021), *Global Cybersecurity Index* (ONU, 2020), *Global DDos Threat Intelligence* (Netscout, 2022), *FortiGuard Lab* (Fortinet, 2021), *MIT Technology Review Insights* (MIT, 2022), *Internet Crime Report* (FBI, 2021), *Group-IB Threat Intelligence* (Group-IB, 2023), SaferNet Brasil e relatórios do Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social e Dinâmicas do Mercado de Drogas Ilícitas no Brasil – CDESC, 2022.

2. CONTEXTO GERAL

A compreensão da criminalidade depende da comparação de dados locais com diferentes densidades populacionais e números absolutos, o que pode ser desafiador devido às disparidades demográficas, além de fatores culturais, sociais, econômicos e políticos. Embora regiões com maiores populações tendam a registrar maior criminalidade absoluta, isso não implica, necessariamente, maior periculosidade.

Segundo o relatório *Global Study on Homicide*, divulgado em 2023 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), em 2021 o Brasil liderou os registros de homicídios em números absolutos: dos 458 mil assassinatos premeditados registrados globalmente, o país foi responsável por aproximadamente 10% dos casos, totalizando mais de 45 mil. Em seguida, vieram Índia (com 41 mil casos), México (35.700), Estados Unidos (22.941), Mianmar (15.299), Colômbia (13.223), Rússia (9.866), Paquistão (9.068), Turquia (7.578) e Venezuela (5.444).

Esses indicadores refletem registros em países com diversas características populacionais e contextos, daí ser fundamental examinar as taxas proporcionais para se obter uma compreensão precisa sobre a incidência de crimes ao comparar diferentes regiões. Como exemplo, ao examinar os dados de homicídios entre o Brasil e a Índia em 2021, por exemplo, o Brasil, que possui população aproximadamente sete vezes menor do que a da Índia registra mais homicídios em números absolutos (45.562 contra

41.330) e quando ajustado para a população, a Índia tem taxa menor de homicídios por 100 mil habitantes (2,94 contra 21,26 no Brasil), o que reforça que o Brasil, com população muito menor, possui maior incidência de homicídio culposo do que a Índia.

É importante notar que os 10 países com o maior número absoluto de homicídios no *ranking* do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), divulgado em 2023 referente a dados de 2021, correspondem a cerca de 58% dos registros de todas as vítimas de homicídio culposo globalmente. Esses países representam 37% da população mundial e oferecem uma perspectiva ampla tanto da criminalidade quanto da violência letal em diferentes regiões, incluindo o Brasil.

Vale reforçar que diferenças entre sistemas de registro e definições legais podem dificultar comparações. Neste sentido, a Portaria Nº 229/2018 do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que estabelece diretrizes para padronizar e aprimorar mento das estatísticas criminais no Brasil de acordo com a Classificação Internacional de Crimes para fins Estatísticos (ICCS) do UNODC, vem buscando maior transparência e precisão, orientando órgãos responsáveis pela coleta e divulgação de dados.

Assim, neste contexto e para o cálculo dos índices de que trata o relatório sobre Segurança Pública no Acre, foram utilizados números absolutos de diferentes fontes secundárias para consolidar os diferentes registros originários de diversas instituições (municipais, estaduais e federais), tais como Anuário da Violência, Sistema Único de Segurança Pública, Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp), da Polícia Federal, juntamente com dados populacionais obtidos do IBGE. Os números absolutos de cada fenômeno ajustado com a população foram utilizados para calcular taxas proporcionais apresentadas, o que possibilitou a comparação da incidência da criminalidade e da violência letal em diferentes localidades.

É relevante destacar que entre 2020 e 2021, os dados sugerem que o *lockdown* implementado durante a pandemia de Covid-19 pode ter impactado os índices de segurança pública, com possível influência da oportunidade sobre a prática de crimes.

3. INDICADORES DE VIOLÊNCIA NO ACRE

O índice de Mortes Violentas Intencionais (MVI) é um indicador sumarizado, que representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade de matar dentro do território, incluindo homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte, mortes de policiais e mortes decorrentes de intervenções policiais. No Brasil, em 2022, houve 24 casos de Mortes Violentas Intencionais a cada 100 mil habitantes. Entre 2017 e 2022, no Brasil houve queda de 24,4% nas taxas de mortes violentas intencionais, passando de 30,9 para 23,4 por 100 mil habitantes. No Norte, a redução foi de 16,7% (de 43,9 para 36,5); no Nordeste foi de 22,8%, passando de 47,7 para 36,8; no Centro-Oeste foi de 26,0%, saindo de 30,5 para 22,6. Já o Sudeste registrou diminuição de 28,3%: de 19,8 para 14,1; e, no Sul, a redução foi de 22,9%, passando de 23,1 para 17,8 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes.

No Acre, houve redução de 55,3%, ou seja, saiu de 63,9 para 28,6 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes. No Amapá, as taxas apresentaram diminuição de 7,0%, de 54,4 para 50,6. Já no Amazonas, foi registrado aumento de 22,8%, passando de 31,6 para 38,8. Em Rondônia, houve crescimento de 22,5%, saindo de 28,0 e indo para 34,3. Por fim, em Roraima, foi observada redução de 24,6%, passando de 40,4 para 30,5 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes. Não foi possível calcular as taxas de mortes violentas intencionais para os 22 municípios do Acre, uma vez que a base de dados disponível está sumarizada por Estado.

Homicídios Dolosos – Apesar dos desafios específicos em cada região, todas experimentaram redução nas taxas de homicídios dolosos, entre 2017 e 2022. No Brasil, houve redução de 27,9% de 27,0 para 19,46 homicídios dolosos por 100 mil habitantes .

No Norte, as taxas apresentaram diminuição de 22,9%: de 38,41 para 29,65. No Nordeste, foi registrada redução de 25,7%, passando de 42,87 para 31,89. No Centro-Oeste, houve queda de 34,5%: de 26,95 para 17,67. No Sudeste, as taxas diminuíram em 27,9%, de 20,73 para 14,95. Por fim, no Sul, a redução foi de 34,5% (de 26,95 para 17,67 homicídios dolosos por 100 mil habitantes).

No Acre, houve redução acentuada de 58,9%: saiu de 60,63 para 24,94 homicídios dolosos por 100 mil habitantes. No Amapá, as taxas também diminuíram em 32,7%, passando de 44,13 para 29,72. No Amazonas, foi registrado aumento de 22,1%, saindo de 27,86 e chegando a 34 homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Em Rondônia, houve acréscimo de 25,0%: de 26,64 para 33,27. Em Roraima, as taxas diminuíram em 25,3%, de 36,35 para 27,19 homicídios dolosos por 100 mil habitantes.

As taxas de homicídios dolosos nos 22 municípios do Acre variaram significativamente entre 2018 e 2020 (taxa de homicídios por 100 mil habitantes):

01 - Capixaba	Redução de 100%, passando de 87,29 para 0.
02 - Assis Brasil	Redução de 86,2%: de 95,89 para 13,27.
03 - Cruzeiro do Sul	Redução de 81,7%: de 67,30 para 12,35.
04 - Acrelândia	Redução de 80,57%: de 33,29 para 6,46.
05 - Plácido de Castro	Redução de 72,06%: de 35,78 para 10,02.
06 - Brasiléia	Redução de 69,16%: de 27,08 para 18,73.
07 - Mâncio Lima	Redução de 51,8%: de 42,92 para 20,71.
08 - Tarauacá	Redução de 51,4%: de 42,88 para 20,86.
09 - Senador Guiomard	Redução de 34,6%: de 39,46 para 25,82.
10 - Rio Branco	Redução de 27,4%: de 56,59 para 41,12.
11 - Sena Madureira	Redução de 22,23%: de 22,14 para 17,2.
12 - Feijó	Redução de 19,3%: de 46,14 para 37,27.
13 - Marechal Thaumaturgo	Redução de 04,60%: de 5,43 para 5,18.
14 - Rodrigues Alves	Redução de 04,34%: de 21,62 para 20,67.
15 - Jordão	Redução de 03,68%: de 12,26 para 11,8.
16 - Epitaciolândia	Aumento de 671,38%: de 5,52 para 42,79.
17 - Bujari	Aumento de 288,2%: de 19,78 para 76,78.
18 - Xapuri	Aumento de 94,86%: de 10,50 para 20,41.
19 - Porto Acre	Aumento de 20,73%: de 22,00 para 26,56.
20- Manoel Urbano	Variação de 100%, saindo de 0,00 para 62,62.

21 e 22 - Porto Walter e Santa Rosa do Purus não apresentaram homicídios de 2017 a 2020. Em 2021 e 2022, tiveram taxa de 16,34 e 14,89, respectivamente.

Latrocínios – As taxas de latrocínio no Brasil e em suas regiões, entre os anos de 2017 e 2022, apresentaram variações importantes de serem observadas. No Brasil, houve redução de 49,17%: de 1,20 para 0,61 latrocínios por 100 mil habitantes. Na Região Norte, a redução foi ainda mais expressiva ao ser comparada com o indicador nacional, diminuindo de 2,35 para 0,05 latrocínios por 100 mil habitantes, representando queda de 97,87%. No Nordeste, a redução foi de 99,34%, saindo de 1,51 e caindo para 0,01. O Centro-Oeste registrou diminuição de 98,61%, passando de 1,44 para 0,02. No Sudeste, a redução foi de 99,76%: de 0,83 para 0,002. Já na região Sul, a redução foi de 99,55%: passando de 0,88 para 0,004 latrocínios por 100 mil habitantes.

Foi observada variação nas taxas de ocorrência de latrocínio na região da Amazônia Ocidental no mesmo período. No Acre, houve redução de 76,99%, de 3,13 para 0,72 latrocínios por 100 mil habitantes. No Amapá, as taxas aumentaram em 32,74%, passando de 2,26 para 3,0. No Amazonas, registrou-se diminuição de 24,34%, ou seja, de 1,89 para 1,42. Em Rondônia, houve redução de 29,31%, isto é, de 1,16 para 0,82. Já em Roraima, a redução foi de 17,91%, de 1,34 para 1,10 latrocínios por 100 mil habitantes. Não foi possível calcular as taxas dos municípios do Acre.

Lesões Corporais seguidas de Morte – As taxas de lesão corporal seguida de morte no Brasil e em suas regiões, entre os anos de 2017 e 2022, apresentam variações importantes. No Brasil, houve redução de 34,78%, passando de 0,46 para 0,30 lesões corporais seguidas de morte por 100 mil habitantes.

No Norte, a taxa teve redução de 14,29%, de 0,56 para 0,48 lesões corporais seguidas de morte por 100 mil habitantes. No Nordeste, registrou-se uma diminuição mais expressiva ainda de 60,44%, indo de 0,91 para 0,36. No Centro-Oeste, a redução foi de 31,82%: de 0,44 para 0,30. Já no Sudeste, houve uma tendência inversa, pois aconteceu aumento de 10,53%, saindo de 0,19 para 0,21. No Sul, as taxas se mantiveram estáveis (0,32 lesões corporais seguidas de mortes por 100 mil habitantes).

Foi observada variação significativa nas taxas de lesão corporal seguida de morte na Amazônia Ocidental, com alguns estados apresentando reduções enquanto outros registram aumentos, no período entre 2017 e 2022.

No Acre, houve aumento expressivo de 400%: de 0,12 para 0,60 lesões corporais seguidas de morte por 100 mil habitantes. No Amapá, as taxas também aumentaram, com crescimento de 23%, o correspondente a 1,0 para 1,23. No Amazonas, não houve variação nas taxas, permanecendo em 0,91. Em Rondônia, houve uma redução de 13,64%, ou seja, de 0,22 para 0,19. Já em Roraima, as taxas diminuíram em 45,22%, passando de 1,15 para 0,63 lesões corporais seguidas de morte por 100 mil habitantes. Não foi possível calcular as taxas para os 22 municípios do Acre.

Ocorrências Policiais – A taxa de ocorrência de policiais civis e militares vítimas de homicídios dolosos, latrocínio ou lesão corporal seguido de morte se refere à contagem de policiais civis e militares vítimas de crimes graves. Apesar dos desafios em cada região, todas tiveram redução nesta taxa de ocorrência com policiais entre 2017 e 2022. No Brasil, a redução foi de 53,52%: de 0,71 para 0,33 casos por 100 mil habitantes. Tanto na Região Norte quanto a Nordeste, as taxas diminuíram em 44,44%, saindo de 0,27 para 0,15; no Norte foi de 0,18 para 0,10 no Nordeste. Já no Centro-Oeste, a redução foi de 80,95%, saindo de 0,21 para 0,04. Na Região Sudeste, as taxas diminuíram em 61,90%: de 0,21 para 0,08. E no Sul, a redução foi de 50%, saindo de 0,06 indo para o patamar de 0,03 casos por 100 mil habitantes.

Houve Foi observada variação significativa nas taxas de ocorrência de policiais civis e militares vítimas de homicídios dolosos, latrocínio ou lesão corporal seguido de morte na Amazônia Ocidental, com alguns estados apresentando reduções e outros com aumento entre 2017 e 2022. No Acre, o aumento foi de 6,67%, de 0,30 para 0,32 casos por 100 mil habitantes. No Amapá, as taxas aumentaram em 91,30%: saíram de 0,23 e foram para 0,44. No Amazonas, registrou-se aumento de 47,73%: de 0,44 para 0,65. Em Rondônia, houve diminuição de 24,39%, saindo de 0,41 para 0,31. Já em Roraima, as taxas aumentaram em 10,81%, de 0,37 para 0,33 casos por 100 mil habitantes. Não foi possível calcular as taxas de ocorrência de policiais civis e militares vítimas de homicídios dolosos, latrocínio ou lesão corporal seguido de morte para os municípios.

Mortes Decorrentes de Intervenções Policiais – A taxa de Morte Decorrente de Intervenção Policial (MDIP) se refere à contagem de óbitos que ocorrem como resultado direto de ações policiais, seja em serviço ou fora dele. A MDIP no Brasil, entre 2017 e 2022, apresentou variações significativas: houve aumento de 27,31% (passou de 2,49 para 3,17 casos por 100 mil habitantes).

Na Região Norte, as taxas aumentaram em 72,55%, passando de 3,06 para 5,27. No Nordeste, registrou-se aumento de 53,96%, de 2,65 para 4,06. No Centro-Oeste, as taxas aumentaram em 93,78%, passando de 2,25 para 4,34. No Sudeste, houve redução de 11,83%, ou seja, passou de 2,62 para 2,31. Já na Região Sul, as taxas aumentaram em 29,63%: de 1,62 para 2,10 casos por 100 mil habitantes.

Houve variação significativa nas taxas de morte decorrente de intervenção policial (MDIP), tanto em serviço quanto fora de serviço na Amazônia Ocidental, com alguns estados com reduções importantes e outros com aumentos significativos entre 2017 e 2022. No Acre, houve aumento expressivo de 94,31%, de 4,46 para 2,29 casos por 100 mil habitantes. No Amapá, as taxas aumentaram consideravelmente em 137,32%, passando de 7,02 para 16,63. No Amazonas o aumento foi ainda maior, de 161,46%, passando de 0,96 para 2,51 casos por 100 mil habitantes. Em Rondônia, as taxas aumentaram 2,70%, de 1,11 para 1,14. Já em Roraima, o aumento foi de 2,61%, e passou de 1,53 para 1,57. Não foi possível calcular a MDIP para os municípios.

4. VIOLÊNCIA SEXUAL

Estupros – Apesar dos desafios específicos em cada região, todas experimentaram redução nas taxas de ocorrência de vítimas de estupro no Brasil e em suas regiões, entre 2017 e 2022. No Brasil, a taxa de vítimas de estupro diminuiu em 70,74%, saindo de 30,41 para 8,92 casos por 100 mil habitantes.

Na Região Norte, a redução foi de 68,66%, ou seja, saiu de 37,79 para 11,85 por 100 mil habitantes. No Nordeste, registrou-se redução de 65,83%, saindo de 21,21 para 7,26. No Centro-Oeste, a redução foi de 75,03%, saindo de 46,85 para 11,68. Na região Sudeste, houve redução de 72,244%, saindo de 25,75 para 7,15. Por fim, na região Sul, a redução foi de 71,75%, isto é, saiu de 48,60 para 13,75 por 100 mil habitantes.

Também na Amazônia Ocidental, houve redução nas taxas de ocorrência de vítimas de estupro, no período entre 2017 e 2022. No Acre, a taxa de vítimas de estupro diminuiu em 10,69%, indo de 25,31 para 22,65. No Amapá, a redução foi de 57,6%: de 49,89 para 21,13. No Amazonas, houve diminuição de 75,9%: de 25,91 para 6,22. Em Rondônia, a redução foi de 61,8%, passando de 47,57 para 18,15. Já em Roraima, a redução foi de 57,5%, e passou de 63,52 para 27,03 por 100 mil habitantes. Não foi possível calcular as taxas de ocorrência de vítimas de estupro para os municípios.

Estupro de Mulheres – Entre 2017 e 2022, no Brasil como um todo, houve diminuição da taxa de estupro de mulheres: 68,32%, caindo de 50,69 para 16,04 vítimas por 100 mil habitantes. No Norte, a queda foi de 65,22%: de 32,98 para 11,47 casos por 100 mil habitantes. Já no Nordeste, a redução foi de 58,18%, passando de 16,50 para 6,78. No Centro-Oeste, a redução foi de 70,55%, saindo de 33,14 para 9,75. No Sudeste, a taxa caiu 68,8%, ou seja, de 21,11 para 6,58. E no Sul, registrou-se redução de 67,64%: de 39,20 para 12,64 casos por 100 mil habitantes.

Na Amazônia Ocidental, houve redução em alguns estados e outros com aumento, no mesmo período. No Acre, o aumento foi expressivo: de 160,11%, indo de 16,11 para 41,90 vítimas por 100 mil habitantes. No Amapá, as taxas também aumentaram consideravelmente, com crescimento de 64,07%, de 88,70 para 40,40. No

Amazonas, o aumento foi de 27,32%, passando de 43,77 para 11,96. Em Rondônia, houve redução de 55,6%, de 95,26 para 42,28. Já em Roraima, as taxas reduziram significativamente em 53,7%, e passaram de 115,72 para 53,58 casos por 100 mil habitantes. Não foi possível calcular as taxas de ocorrência de estupro de mulheres para cada município do Acre.

Estupro de Vulneráveis – Preocupa o fato de as taxas de vítimas de estupro de vulnerável no Brasil e suas regiões, entre 2017 e 2022, terem apresentado aumento em todo o País. Nacionalmente, o aumento foi de 34,01%, passando de 20,89 para 27,98 casos por 100 mil habitantes.

Na Região Norte, a variação foi ainda mais expressiva, com aumento de 40,77%, indo de 30,64 para 43,19 por 100 mil habitantes. No Nordeste, registrou-se aumento de 233,94%: de 6,60 para 22,06. No Centro-Oeste, o aumento foi de 43,94%, de 28,13 para 40,50. Na Região Sudeste, houve aumento de 8,0%, de 20,09 para 21,69. Já na Região Sul, o aumento foi de 0,44%, de 40,54 para 40,98 casos por 100 mil habitantes.

Também foram observadas variações significativas nas taxas de ocorrência de estupro de vulnerável na Amazônia Ocidental, no período entre 2017 e 2022. No Acre, o aumento foi de 126,87%, de 29,59 para 67,11 casos por 100 mil habitantes. No Amapá, houve aumento de 46,36%: passando de 44,10 para 64,48. Em Rondônia, o aumento foi de 7,55%, ou seja, de 43,49 para 46,81. Em Roraima, ocorreu aumento expressivo de 150,57%, passando de 34,67 para 87,07 casos por 100 mil habitantes. Somente no Amazonas foi registrada diminuição de 11,98%: de 17,03 para 15,0. Não foi possível calcular as taxas de ocorrência de estupro de vulnerável para os municípios.

Papel do Sistema de Saúde Municipal – A partir da Portaria Nº 2.282/2020 do Ministério da Saúde, atualizada pela Portaria Nº 2.561/2020, os hospitais ficaram obrigados, em regra, a denunciar os casos de abuso sexual. Ainda não é possível determinar o impacto dessas legislações na quantidade de notificações de vítimas de crime sexual por profissionais da saúde, ou mesmo classificá-las ou não como compulsórias. Mas alguns dados municipais já podem ser analisados. No momento, praticamente em metade dos municípios do Acre, a taxa de detecção de casos aumentou, enquanto na outra metade os números reduziram.

Os municípios de Tarauacá (83%), Brasileia (71%), Epitaciolândia (71%), Assis Brasil (56%) e Sena Madureira (54%) diminuíram, expressivamente, a quantidade de detecção de mulheres vítimas de estupro em unidades de saúde. Apesar da queda, Assis Brasil e Brasileia estão entre os municípios com as maiores taxas de detecção de vítimas de estupro, conforme demonstrado no gráfico 22.

Os municípios de Porto Acre (47%), Porto Walter (39%), Xapuri (29%), Plácido de Castro (29%), Rio Branco (28%) e Marechal Thaumaturgo (9%) diminuíram a taxa de detecção de mulheres vítimas de estupro em unidades de saúde. Xapuri, a despeito da redução, mantém-se como um dos municípios com maiores taxas, enquanto Porto Walter e Marechal Thaumaturgo tornaram-se os municípios com menores taxas.

Aumentaram as taxas em Capixaba (68%), Mâncio Lima (69%), Rodrigues Alves (43%), Acrelândia (37%) e Cruzeiro do Sul (36%), com a detecção de mulheres vítimas de estupro em unidades de saúde.

Os municípios de Manoel Urbano (633%), Senador Guiomard (540%), Bujari (220%), Santa Rosa do Purus (177% de 2018 a 2021), Feijó (108%) e Jordão (82%) aumentaram a quantidade de detecção de mulheres vítimas de estupro em unidades de saúde, em taxas expressivas. Manoel Urbano tornou-se, em 2021, o município com a maior taxa de detecção de vítimas desse crime em todo o Estado do Acre.

Ocorrências em Grupos LGBTQIAPN+ – As taxas de ocorrências de vítimas de estupro LGBTQIAPN+ no Brasil e suas regiões, entre 2017 e 2022, apresentam variações significativas. Em âmbito nacional, houve aumento expressivo de 150%, indo de 0,04 para 0,10 vítimas por 100 mil habitantes. No Norte, a incidência desse tipo de crime cresceu consideravelmente, passando de 0,0 para 0,18 vítimas por 100 mil habitantes. No Nordeste, também houve aumento expressivo, com taxas subindo de 0,11 para 0,17 vítimas por 100 mil habitantes, representando um aumento de 54,55%. No Centro-Oeste, as taxas se mantiveram praticamente estáveis, variando de 0,08 para 0,07 vítimas por 100 mil habitantes. No Sudeste, embora as taxas tenham sido muito baixas, houve aumento significativo em termos percentuais, passando de uma incidência quase nula (0,001) para 0,06 vítimas por 100 mil habitantes, representando um aumento de 5.900%. Na região Sul, as taxas se mantiveram estáveis em 0,03 vítimas por 100 mil habitantes.

A maioria dos estados que compõem a Amazônia Ocidental, experimentaram aumento nas taxas de vítimas de estupro de pessoas LGBTQIAPN+, no mesmo período. No Acre e em Rondônia, não foram registradas vítimas desse tipo de crime durante esse período. No Amapá, as taxas aumentaram, passando de 0,00 para 0,68 vítimas por 100 mil habitantes. No Amazonas, embora as taxas tenham sido inicialmente nulas, houve um aumento significativo, indo de 0,0 para 0,15 vítimas por 100 mil habitantes. Em Roraima, as taxas subiram de 0,00 para 1,26 vítimas por 100 mil habitantes.

Não foi possível calcular as taxas de taxa de ocorrência de vítimas de estupro LGBTQIAPN+ para cada um dos 22 municípios do Acre.

Divulgação de Cenas de Estupro – Embora seja caracterizado como crime cibernético, a taxa de divulgação de cenas de estupro (mulheres e/ou de vulnerável) –, no Brasil e em suas regiões, entre os anos de 2020 e 2022, apresentaram variações significativas. Em todo o País, houve aumento de 140%, passando de 1,5 para 3,6 por 100 mil habitantes. No Norte, a taxa aumentou em 223,91%, passando de 0,92 para 2,98 ocorrências por 100 mil habitantes. Já no Nordeste, houve aumento de 132,88%, ou seja, de 0,73 para 1,70. No Centro-Oeste, a taxa também aumentou em 521,80%, saindo de 2,66 para 16,56. No Sudeste houve aumento de 117,39%, passando de 0,46 para 1. Por fim, no Sul, houve aumento de 64,96%, isto é, de 1,37 para 2,26 casos por 100 mil habitantes.

Na Amazônia Ocidental, a maioria dos estados apresentou aumento para este tipo de crime, entre 2017 e 2022. No Acre, a taxa aumentou 266,67%: de 0,90 para 3,3 casos por 100 mil habitantes. No Amapá, a taxa aumentou em 85,29%, saindo de 3,40 para 6,3. No Amazonas, a taxa, também, aumentou 4,76%, ou seja, de 2,1 para 2,2. Em Rondônia, não houve registros de divulgação de cenas de estupro no período estudado. Em Roraima, a taxa aumentou 212,5%, passando de 0,8 para 2,5 casos por 100 mil habitantes.

Não foi possível calcular as taxas de divulgação de cenas de estupro (mulheres e/ou de vulnerável) para os municípios acreanos.

Índices de Violência contra a Mulher – Os principais indicadores para entender a violência contra as mulheres e seus impactos na sociedade incluem: homicídios dolosos, feminicídio, lesões corporais dolosas, chamadas realizadas para o 190 e número de medidas protetivas concedidas às mulheres em razão de violência.

Houve redução nas taxas de homicídio de mulheres em todas as regiões do Brasil, entre 2017 e 2022. Nacionalmente, a taxa caiu de 4,33 para 3,78 por 100 mil habitantes, representando uma redução de aproximadamente 12,7%.

Na Região Norte, a taxa passou de 2,90 para 2,82 por 100 mil habitantes, refletindo uma diminuição de cerca de 2,8%. No Nordeste, a redução foi de 15,2%, passando de 2,90 para 2,46. Já no Centro-Oeste, a diminuição foi de 9,8%, passando de 2,35 para 2,12. No Sudeste, a redução foi de 1,61 para 1,31, representando queda de aproximadamente 18,6%. Na Região Sul, a diminuição foi de 5,4%, isto é, passou de 2,02 para 1,91 casos por 100 mil habitantes.

Na Amazônia Ocidental, alguns estados apresentaram reduções e outros registraram aumentos no período. No Acre, houve diminuição na taxa de homicídio doloso de mulheres, passando de 8,99 para 5,30 casos por 100 mil habitantes, representando uma redução de 41,0%. No Amapá, a taxa também diminuiu, indo de 7,08 para 6,01, o que equivale a uma redução de 15,1%. No Amazonas, a taxa aumentou de 3,68 para 4,48, refletindo crescimento de 21,7%. Rondônia também registrou aumento, indo de 6,10 para 11,24, representando um crescimento de 84,3%. Em Roraima, a taxa também aumentou, de 3,92 para 10,78 casos por 100 mil habitantes, o que equivale a um crescimento de 174,5%. Não foi possível calcular as taxas de homicídio de mulheres nos municípios do Acre.

Feminicídios – As taxas de feminicídio no Brasil e em suas regiões, entre 2017 e 2022, apresentam variações significativas. No país, a taxa de feminicídios aumentou de 1,02 para 1,38 casos por 100 mil habitantes, representando aumento de 35,29%.

Analisando por região, no Norte houve aumento de 17,19%, passando de 0,64 para 0,75 casos por 100 mil habitantes. No Nordeste, o aumento foi de 24,14%, passando de 0,58 para 0,72. No Centro-Oeste, a variação foi ainda mais expressiva, com aumento de 125%, passando de 0,44 para 0,99. Na Região Sudeste, a taxa aumentou 36,36%, passando de 0,44 para 0,60. Por fim, na Região Sul, o aumento foi de 37,29%, com a taxa subindo de 0,59 para 0,81 casos por 100 mil habitantes.

As taxas de feminicídios na Amazônia Ocidental, apresentam variações que valem ser observadas entre os anos de 2017 e 2022. No Acre, houve redução na taxa de feminicídios, passando de 3,16 para 2,65 casos para cada 100 mil habitantes, representando uma diminuição de 16,14%. No Amapá, a situação foi oposta, com aumento na taxa, indo de 0,51 para 2,18, refletindo um grande aumento de 327,45%. Já no Amazonas, o aumento foi de 35,44%, passando de 0,79 para 1,07 casos por 100 mil habitantes. Rondônia registrou aumento de 203,96%, ou seja, de 1,01 para 3,07. Por fim, em Roraima, a taxa diminuiu de 1,18 para 0,98 casos por 100 mil habitantes, uma redução de 17,01%.

Não foi possível calcular as taxas de feminicídios nos municípios. Da mesma forma, não foi possível calcular as taxas de lesão corporal seguida de morte de mulheres no Brasil, nas cinco grandes regiões, na Amazônia Ocidental e para cada um dos 22 municípios do Acre.

Lesão Corporal – Houve variações importantes nas taxas de lesão corporal dolosa no contexto da violência doméstica entre 2017 e 2022. No Brasil, a taxa aumentou de 125,14 para 236,69 casos por 100 mil habitantes, representando aumento de 89,39%.

Na Região Norte, a taxa também aumentou, passando de 82,56 para 136,27 casos por 100 mil habitantes, refletindo aumento de 64,97%. Já no Nordeste, houve queda, indo de 84,75 para 61,69, representando uma diminuição de 27,22%. No Centro-Oeste, houve queda de 25,62%, passando de 242,23 para 180,15. Na Região

Sudeste, a taxa aumentou de 112,63 para 124,54, refletindo aumento de 10,59%. Por fim, na Região Sul, apesar da variação percentual de 0,67%, a taxa permaneceu praticamente estável, indo de 179,39 para 178,18 casos por 100 mil habitantes.

Na Amazônia Ocidental, entre de 2017 e 2022, o Acre aumentou a taxa de 79,31 para 339,57 casos por 100 mil habitantes, representando crescimento de 328,87%. No Amapá, a taxa também aumentou, de 68,70 para 307,67. No Amazonas, o aumento foi de 194,42%, e passou de 64,30 para 189,27. Em Rondônia, a taxa aumentou de 204,12 para 499,41, o que equivale a um aumento de 144,55%. Já em Roraima, a taxa aumentou em 307,35%: de 123,80 para 504,77 casos por 100 mil habitantes. Não foi possível calcular as taxas de lesão corporal dolosa no contexto da violência doméstica para os municípios do Acre.

Chamadas para o Disque Denúncia – Foi observado aumento no número absoluto de chamadas ao Disque Denúncia (190) em casos de violência doméstica no Brasil e nas regiões entre 2019 e 2022. No País, houve aumento de 50,75% de chamadas, passando de 596.671 para 899.48 em números absolutos.

Analisando por região, no Norte, o número de chamadas subiu de 35.666 para 57.307, aumento de 60,58%. No Nordeste, embora tenha havido aumento inicial de 2,29%, indo de 150.460 para 153.873 chamadas, a variação foi menos expressiva. No Centro-Oeste, o aumento foi de 59,34%, de 318.163 para 507.112 chamadas. No Sudeste, houve aumento de 113,14%, indo de 56.653 para 120.716 chamadas. Por fim, no Sul, o aumento foi de 25,97%, indo de 35.779 para 44.777 chamadas.

Dados coletados entre 2019 e 2022 sobre o número absoluto de chamadas ao Disque Denúncia (190) em casos de violência doméstica na região da Amazônia Ocidental, foram observadas variações importantes em cada Estado. No Acre, houve aumento de chamadas de 5.988 para 6.078 chamadas, representando acréscimo de 1,5%. Já no Amapá, ocorreu significativa redução de chamadas, passando de 10.886, em 2019, para 7.129, em 2022, o que corresponde a uma diminuição de aproximadamente 34,5%. No Amazonas, também foi registrada redução no número de chamadas, caindo de 22.125, em 2019, para 18.771, em 2022, representando diminuição de cerca de 15,1%. Em Rondônia, houve redução de 85,1%: de 7.157 chamadas para 1.063, em 2022. Por fim, em Roraima, o número de chamadas ao Disque Denúncia também apresentou queda, passando de 5.460 para 4.723, o que representa uma diminuição de 13,5%.

Não foi possível calcular o número absoluto de chamadas ao Disque Denúncia (190) em casos de violência doméstica para os municípios.

Medidas Protetivas – Houve aumento significativo na aplicação de medidas protetivas de urgência para mulheres em todas as regiões do Brasil, entre 2017 e 2022. Nacionalmente, o aumento foi de 157,5%, passando de 185,07 para 476,46 medidas protetivas de urgência para mulheres a cada 100 mil habitantes.

Na Região Norte, a taxa também apresentou aumento, indo de 74,93, em 2018, para 536,63, em 2022, o que corresponde a um acréscimo de aproximadamente 616,2%. No Nordeste, a taxa teve crescimento de 1.005,6%, indo de 29,20 para 321,61. Na região Centro-Oeste, houve significativo aumento na taxa, indo de 197,33 para 708,69, o que corresponde a acréscimo de 259,8%. No Sudeste, também foi registrada elevação de 160,5% na taxa, passando de 158,77, em 2018, para 414,18, em 2022. Por fim, na região Sul, a taxa teve aumento de 248,57 para 774,43 casos por 100 mil habitantes, o que corresponde a acréscimo de 211,4%.

A taxa de medidas protetivas de urgência para mulheres aumentou em toda a Amazônia Ocidental, no período. No Acre, o aumento foi de 162,2% na taxa, passando

de 269,08 para 705,76 medidas protetivas de urgência para mulheres a cada 100 mil habitantes. No Amapá, o aumento foi de 179,6%, de 261,24 para 728,28. No Amazonas, a taxa teve aumento de 258,1%, ou seja, passou de 144,81 para 519,41 casos por 100 mil habitantes. Em Rondônia, houve aumento expressivo, indo de 182,58, em 2018, para 835,73, em 2022, o que corresponde a um acréscimo de 358,8%. Já em Roraima, o aumento foi de 11,3%, de 638,70 para 719,63 casos por 100 mil habitantes, em 2022.

Não foi possível calcular a taxa de ocorrência de medidas de urgência para mulheres a cada 100 mil habitantes para os municípios do Acre.

Índices de Desaparecimentos – Os registros de desaparecimentos entre os anos de 2017 e 2022 apontam para variações em diferentes regiões do Brasil. Nacionalmente, houve redução na taxa de registros de desaparecimentos, passando de 40,30 para 36,47 a cada 100 mil habitantes, uma diminuição de 9,5%.

Na Região Norte, a taxa também teve leve variação, indo de 26,88 para 27,68, o que corresponde a um aumento de 3%. No Nordeste, foi registrada elevação de 18,3%, saiu de 17,19 e foi para 20. Para o Centro-Oeste, houve aumento de 12,18%, passando de 23,98 para 27,05 por 100 mil habitantes. Na Região Sudeste, houve redução na taxa, de 35,24 para 19,54, uma diminuição de 44,56%. Já no Sul, foi registrada redução de 14,5% na taxa de registros de desaparecimentos, de 64,57 para 55,22 a cada 100 mil habitantes.

Os registros de desaparecimentos no período, nos estados da Amazônia Ocidental, evidenciam tanto aumentos quanto quedas, bem como estabilidade em alguns casos. No Acre, a taxa de desaparecimentos passou de 4,0, em 2017, para 46,26 para cada 100 mil habitantes, em 2022, crescimento de 1.156,5%. No Amapá, a taxa teve redução de 5,25%, passando de 49,60 para 47,03. Já no Amazonas, a diminuição foi de 18,1%, de 23,60 para 19,33 desaparecimentos por 100 mil habitantes. Em Rondônia, a variação na taxa foi mínima, mantendo-se praticamente estável, de 69,30, em 2017, para 69,26, em 2022. Em Roraima, houve leve redução, de 80,90 para 79,52, representando variação percentual negativa de aproximadamente 1,7%.

Pessoas Localizadas – No Brasil, a taxa de registros de pessoas localizadas entre 2017 e 2022 diminuiu de 26,93 para 19,77 casos por 100 mil habitantes, representando redução de 26,5%. Na Região Norte, a taxa aumentou 58,2%, passando de 4,49 para 7,11. No Nordeste, houve aumento de 2,74 para 4,95, representando acréscimo de 80,3%. No Centro-Oeste, a taxa aumentou 12,97%, e saiu de 23,98 para 27,05 casos por 100 mil habitantes. Na Região Sudeste, a taxa diminuiu 44,4%: de 35,24 para 19,54. Já no Sul, a taxa também diminuiu, em 21,1%, de 64,42 para 50,84 casos por 100 mil habitantes.

No Acre, houve redução na taxa de registros de desaparecimentos, passando de 3,80, em 2017, para 1,81 para cada 100 mil habitantes, representando redução de 52,37%, em 2022. No Amapá, a redução na taxa foi 97%: de 22,69 para 0,68. Já no Amazonas, ocorreu aumento de 1.322,78% nas taxas de 0,79 para 11,24. Em Rondônia, a variação na taxa foi mínima, mantendo-se praticamente estável: de 1,44, em 2017, para 1,45, em 2022. E em Roraima, houve redução de 75% na taxa de registros de desaparecimentos, passando de 77,30, em 2017, para 19,31, em 2022.

Não foi possível calcular tanto as taxas de pessoas desaparecidas como as de pessoas localizadas para cada um dos municípios do Acre.

Crimes contra o Patrimônio – Os crimes contra o patrimônio estão relacionados à violação ou à ameaça contra os direitos de propriedade, com impacto direto sobre as

vítimas, resultando em perdas financeiras, danos emocionais e sensação de insegurança. De modo geral, houve redução na taxa de roubo e furtos de veículos entre 2017 e 2022. No País, a taxa diminuiu 42,91%: de 567,7 para 324,21 casos para cada 100 mil habitantes.

Na Região Norte, a diminuição foi de 44,01% na taxa, indo de 186,48 para 104,42. Nos estados da Amazônia Ocidental, no mesmo período, o Acre registrou diminuição na taxa de roubos e furtos de veículos de 51,2%, passando de 836,9 para 408,2 casos para cada 100 mil habitantes. Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima também registraram redução.

No Brasil, diminuiu em 4,0% a taxa de roubos e furtos de celulares, caindo de 514,24 para 493,9 casos por 100 mil habitantes. Na Região Norte, houve aumento nesta taxa de 25,2%, saindo de 541,87 para 677,30 casos por 100 mil habitantes. No Acre, a taxa de roubos e furtos de celulares apresentou aumento de 48,2%, passando de 387,34 para 573,8 casos por 100 mil habitantes.

Também foi possível observar redução nas taxas de roubos a estabelecimentos comerciais em todas as regiões do País, entre 2017 e 2022. Nacionalmente, o País teve redução de 58,7% na taxa de roubos a estabelecimentos comerciais, caindo de 50,59 para 20,9 casos por 100 mil habitantes. Na Região Norte, foi registrada redução de 29,9%, ou seja, de 45,92 para 32,21 casos por 100 mil habitantes. No Acre, a diminuição foi de 37,4%, caindo de 55,2 para 34,6 casos por 100 mil habitantes.

As taxas de roubos em residências no Brasil e em suas regiões, entre os anos de 2017 e 2022, de maneira geral, ou reduziram ou permaneceram estáveis. Em todo o País, houve redução na taxa de 40,8%, diminuindo de 24,94 para 14,74 casos por 100 mil habitantes. Na Região Norte, o aumento foi de 5,1%: de 38,21 para 40,17 casos por 100 mil habitantes. No Acre, houve redução de 34,2% na taxa de roubos em residências, diminuindo de 63,7 para 41,9 casos por 100 mil habitantes.

Já a taxa de roubos a transeuntes no Brasil apresentou queda de 48,3%, diminuindo de 479,15 para 247,41 casos por 100 mil habitantes. Na Região Norte, esta taxa diminuiu 44,4%: de 938,87 para 521,34 casos por 100 mil habitantes. No Acre, houve redução de 40% na taxa de roubos a transeuntes, diminuindo de 606,6 para 364,2 casos por 100 mil habitantes.

A taxa de roubo a instituições financeiras, entre 2017 e 2022, no Brasil, teve redução de 82,7%, passando de 2,2 para 0,38 casos por 100 mil habitantes. Na Região Norte, foi registrada redução de 78,7%, passando de 0,675 para 0,144. No Acre, a redução foi de 82,1%, de 2,8 para 0,5 casos por 100 mil habitantes.

Em relação ao roubo de carga foram, no Brasil houve diminuição, de 13,42 para 6,5 casos por 100 mil habitantes, uma redução percentual de 51,5%. Na Região Norte, a taxa aumentou em 22,4%: de 0,85 para 1,04 casos por 100 mil habitantes. No Acre, não foram registrados roubos de carga no período analisado.

Não foi possível identificar as taxas de roubos e furtos de veículos; roubos e furtos de celulares; roubos a estabelecimentos comerciais; roubos em residências; roubos a pedestres nas ruas; roubos a bancos, lotéricas e estabelecimentos financeiros análogos e roubos de carga para cada um dos 22 municípios do Acre.

Crimes Transfronteiriços – O Acre faz parte da fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Peru, o que proporciona uma localização geográfica estratégica e única. Essas fronteiras representam uma ligação entre diferentes povos, culturas e economias, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico, tanto do Estado quanto dos países andinos. No entanto, além de conferir ao Acre potencialidades comerciais exclusivas, também são consequências dessa faixa de fronteira certas implicações em

questões de segurança, como controle de imigração, combate ao tráfico de drogas e outros crimes transfronteiriços.

O Brasil faz fronteira com 10 dos 12 países da América do Sul (exceto Chile e Equador), totalizando uma extensão territorial de 16.886 km. O Acre possui ampla extensão territorial com a Bolívia e o Peru, correspondendo a 12% da faixa de fronteira brasileira. Dos 22 municípios do Acre, 17 estão situados nesta região.

O Acre é um dos nove estados brasileiros que compõem a Amazônia Legal, área territorial delimitada, inicialmente, pela Lei Nº 1.806/1953, e que abriga a maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica. Esta delimitação engloba todos os municípios acreanos, com enorme quantidade de rios e afluentes. A composição hidrológica e as estradas do Estado proporcionam ligação entre diferentes cidades e regiões dentro e fora do Acre, e entre países vizinhos.

Segundo a ONU, Bolívia e Peru estão entre os principais produtores mundiais de cocaína e os aspectos geográficos do Acre (floresta densa, múltiplas hidrovias e rodovias arteriais) têm servido às organizações criminosas internacionais como grandes corredores para a distribuição da substância ilícita a mercados consumidores no Brasil, Europa e outros países. Somadas a essa questão, há outras dinâmicas que pertencem à matriz cultural do Estado: baixa densidade populacional; presença de comunidades ribeirinhas nas margens de igarapés, igapós, lagos e rios; presença de terras indígenas; desigualdades sociais; existência de conflitos fundiários, entre outras questões que ressaltam os obstáculos enfrentados por órgãos estaduais e municipais, na prestação dos serviços de segurança pública em comunidades isoladas e nos âmbitos rural e urbano, o que dificulta o enfrentamento aos crimes nas áreas transfronteiriças (tráfico de drogas; refúgio de criminosos; imigração clandestina; exploração ilegal de recursos naturais; prostituição infantil; contrabando de armas; contrabando de mercadorias roubadas e mortes violentas intencionais).

A Polícia Federal tem divulgado, em seu *site*, muitas ações realizadas na faixa de fronteira. Dentre os crimes mais combatidos destacam-se: tráfico nacional e internacional de drogas; captura de foragidos nacionais e internacionais; migração ilegal; exploração ilegal de recursos naturais; prostituição e evasão de divisas.

Índices de Drogas Ilícitas – Segundo estudo publicado em 2022, intitulado “Dinâmicas do mercado de drogas ilícitas no Brasil. Estudo Estratégico: Análise comparativa dos preços de maconha, cocaína e outras drogas em quatro estados”, desenvolvido em colaboração por diversos órgãos e instituições relacionados à justiça e segurança pública, incluindo a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE), o Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos (Simci) e o Escritório Regional das Nações Unidas sobre Drogas e Crime para os Países Andinos e Cone Sul (UNODC Colômbia), bem como a colaboração de órgãos e instituições de justiça e segurança pública dos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Pernambuco, é relevante monitorar os seguintes índices para a formulação e monitoramento de políticas de combate ao tráfico de drogas: apreensões de drogas ilícitas, preço de venda das drogas comercializadas, grau de pureza das drogas produzidas (o que subsequentemente envolve em tabulações específicas e padronizadas), e crimes relacionados ao comércio ilegal de drogas, uma vez que possuem diversas aplicações, tanto analíticas quanto operacionais e políticas.

Nos anos de 2017, 2018 e 2021, as apreensões de drogas realizadas pela Polícia Federal possuem dados parcialmente consolidados e referem-se ao local onde as drogas foram apreendidas, mas não incluem dados sobre a origem ou o destino das drogas. As apreensões de maconha, no Brasil, aumentaram 16,7%, passando de 351.679,57 para 410.223,19 quilos. No Norte, estas apreensões diminuíram expressivamente, representando uma queda de 53,7%, indo de 9.800,42 para 4.539,90 quilos. No Acre, houve queda de 45,2% nas apreensões, indo de 321,98 para 176,64 quilos.

As apreensões de cocaína, no Brasil, entre 2017 e 2021, aumentaram 94,5%, passando de 48.047,18 para 93.420,36 quilos. Na Região Norte, também aumentaram 135,7%, indo de 3.062,17 para 7.204,46 quilos. No Acre, houve aumento de 190,9%, passando de 545,43 para 1.586,49 quilos.

Em relação às apreensões de outras drogas, há a inclusão de ampla variedade de substâncias ilícitas. Os dados desta categoria indicam que pelo menos uma droga foi apreendida em cada região, mas não necessariamente todas. Assim, as apreensões de outras drogas, no Brasil, entre 2017 e 2021, tiveram redução de 25,4%, passando de 3.739.343,41 para 2.789.138,29 quilos. Na Região Norte, a redução foi de 90,8%, indo de 2.757,28 para 252.029,90 quilos. No Acre, no entanto, houve aumento expressivo de 5.257,2%, indo de 3,18 para 170,31 quilos. Não há informações disponíveis sobre a evolução da quantidade de maconha, cocaína e outras drogas apreendidas em cada um dos 22 municípios acreanos.

Índices de Armas de Fogo – Sobre a posse e circulação de armas no Brasil, no período de 2017 a 2022 houve redução considerável, no Brasil, caindo de 30,49 para 24,8 casos por 100 mil habitantes, uma diminuição percentual de 18,6%. Na Região Norte, ocorreu aumento na taxa de 28,4%: de 22,24 para 28,55 casos. Já no Acre, houve aumento expressivo na taxa, indo de 9,4 para 56,5 casos por 100 mil habitantes, o que representa aumento percentual de 502,1%.

A taxa de armas de fogo apreendidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Defesa Social e Polícia Federal no Brasil e em suas regiões entre 2017 e 2022, experimentaram variações significativas. Nacionalmente, houve diminuição na taxa de apreensões, caindo de 56,83 para 52,17 por 100 mil habitantes, uma redução percentual de 8,2%. Na Região Norte, a taxa aumentou 51,1%: de 33,55 para 50,71 casos por 100 mil habitantes. No Acre também houve diminuição na taxa de apreensões, de 87,63 para 60,12 armas por 100 mil habitantes, o que representa queda de 31,4%.

Já o número absoluto de registros de armas novas no Brasil entre os anos de 2017 e 2021, teve aumento significativo: passou de 42.387 em 2017 para 202.507 em 2021, crescimento de 377,9%. Na Região Norte, houve aumento de 822,1%: de 2.463 para 22.733. E no Acre, o aumento foi expressivo, passando de 242 em 2017 para 2.380 novas armas em 2021, um aumento de 883,5%.

Ao analisar o número absoluto de registros ativos de armas no Brasil, entre 2017 e 2022, no País o aumento foi de 144,3%, passando de 637.972 em 2017 para 1.558.416 em 2022. Na Região Norte, o aumento foi de 167,4%, e passou de 50.024 registros em 2017 para 133.822 em 2022. No Acre, o aumento no número de registros ativos de armas passou de 8.520 em 2017 para 14.705 em 2022, ou 72,5%.

Não foi possível calcular as taxas de porte e posse ilegais de armas de fogo; as taxas de armas de fogo apreendidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Defesa Social e Polícia Federal; o número absoluto de registros de armas novas e o número absoluto de registros ativos de armas para os municípios.

Sistema Prisional – Outro indicador que reflete a situação da Segurança Pública de uma região ou localidade está relacionado ao sistema prisional, e inclui taxa de ocupação, condições de vida nas prisões, investimentos em reabilitação, entre outros.

O custo médio para manter um privado de liberdade no Acre é de R\$ 4.072,58/mês. O sistema prisional do Estado conta com 17 estabelecimentos, entre misto, masculino, feminino e especial, todos de âmbito estadual.

Os estados do Acre (21,4%), Amazonas (84,2%), Amapá (28,6%), Rondônia (5,9%) e Roraima (33,3%) aumentaram a capacidade de detenção de pessoas em vários tipos de regime.

Entre os estados que compõem a Amazônia Ocidental, o Acre registrou redução na população privada de liberdade, passando de 7.901 em 2018 para 5.943 em 2022, uma diminuição de 24,8%.

Ao examinar a questão da superlotação no sistema prisional, no Acre, especificamente, registrou-se significativa redução na superlotação, atingindo uma diminuição de 96,4% ao longo do período analisado. Em 2022, o número de detentos que excedia a capacidade do sistema prisional era de 115 pessoas, indicando uma notável melhoria nas condições de encarceramento.

Menos de 1/3 dos presídios do Acre mantém um controle sobre os presidiários do regime fechado que conseguiram passar para o regime semiaberto. Em 2022, o sistema prisional de Roraima não mantém controle sobre o tempo remanescente dos respectivos presidiários sob custódia. No Acre, cerca de 6% fazem controle da custódia, seguidos por Amazonas (17%), Rondônia (17%) e Amapá (78%).

Em relação à capacidade de gerenciar os esforços necessários para a ressocialização das pessoas privadas de liberdade com oferecimento de atividades educacionais, no Acre, houve aumento de 43% em 2018 para 65% em 2022.

Racismo e Injúria Racial – A taxa de registros de injúria racial registrou aumento no Brasil de 82,7%, passando de 3,94 em 2017 para 7,2 casos para cada 100 mil habitantes, em 2022. Na Região Norte, a taxa aumentou 800%: de 0,54 para 4,86. No Acre, houve aumento na taxa de 85,7%, passando de 4,20 em 2017 para 7,8 casos para cada 100 mil habitantes, em 2022.

Em relação ao registro específico de racismo, a taxa no País passou de 1,22 em 2019 para 3,12 casos a cada 100 mil habitantes, em 2022. Isso representa um aumento de 155,74%. Na Região Norte, houve aumento na taxa de 106,58%: de 0,76 para 1,57. No Acre, houve aumento expressivo nos registros de racismo, passando a taxa de 0,3 em 2019 para 3,3 em 2022, um aumento de 1.000%. Não foi possível calcular as taxas de injúria racial e racismo para cada um dos 22 municípios do Acre.

Violência no Trânsito – A violência no trânsito causa impactos graves na sociedade e resulta em prejuízos econômicos, lesões, incapacidades e perdas de vida. Suas causas são multifatoriais e incluem infraestrutura inadequada; ausência e ineficácia de políticas de segurança viária; fluxo de animais ou de objetos não autorizados nas vias; e comportamento inadequado de motoristas e pedestres. Na Região Norte, Amazonas (48%), Rondônia (31%), Roraima (30%), Acre (31%) e Amapá (8%) conseguiram diminuir a incidência de acidentes de trânsito. Os dados englobam registros de acidentes com todos os tipos de veículos (moto, carro, ônibus e caminhão) e causas como problema mecânico, defeito na via, desobediência à sinalização, dormir ao volante, desatenção por uso de celular, ingestão de álcool, não guardar distância segura de veículos, ultrapassagem indevida, velocidade incompatível com a via, animais na pista e outras não classificadas.

As taxas de pessoas com ou sem ferimentos (leves ou graves) envolvidas em cada acidente de trânsito diminuíram no Acre (12%), no Amapá (3%), em Roraima (2%) e em Rondônia (2%), mas cresceram no Amazonas (8%). O Acre é, desde 2020, o Estado com a menor taxa de vítimas de acidente de trânsito, na comparação com esses estados.

A gravidade dos acidentes de trânsito aumentou nos estados do Acre (46%) e do Amapá (30%). No outro extremo, diminuíram em Roraima (19%), no Amazonas (9%) e em Rondônia (8%). Não foi possível calcular nenhuma taxa relacionada à violência no trânsito em âmbito municipal.

Crimes Cibernéticos – Os crimes cibernéticos englobam diversas práticas pelo uso ilegal ou abusivo da tecnologia da informação, de sistemas computacionais, de redes eletrônicas e de dispositivos conectados à Internet. Entre as ilegalidades, segundo estudos realizados pelo FBI, estão incluídos indicadores sobre: *hacking* (ação de obter acesso não autorizado aos dados de um sistema ou computador) e invasões de sistemas; fraudes e golpes eletrônicos; distribuição de *malware* (uso de *software* malicioso para danificar ou explorar vulnerabilidades em redes ou dispositivos); crimes contra a propriedade intelectual; crimes contra a privacidade; *cyberbullying* (prática de *bullying* por meio de tecnologias digitais, como redes sociais, aplicativos de mensagens, plataformas de jogos e celulares); assédio *on-line* e pornografia infantil. A lista evolui à medida que a tecnologia avança e os criminosos exploram novas formas de cometer crimes *on-line*.

As causas para o crescimento do cibercrime no Brasil são multifatoriais e incluem crescimento da digitalização no país; aumento da integração de novas tecnologias nas rotinas pessoais e empresariais; ausência de ações educativas sobre cibersegurança ou ações de baixa eficácia; baixa priorização e investimento em cibersegurança; transição para o trabalho remoto durante e após a Covid-19 em regiões tipicamente urbanas e o aumento das operações financeiras em ambientes eletrônicos conectados à Internet.

A Lei Nº 12.735/2012 estabelece a formação de uma polícia especializada para auxiliar na responsabilização dos envolvidos em tais crimes, mas a repressão a essas infrações ainda não é efetiva.

Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia eram dos poucos estados do País que não possuíam delegacias especializadas em crimes virtuais. Houve avanço com a criação do Núcleo de Especializado de Apoio à Investigação de Crimes Cibernéticos (NECIBER) em 2021, mas ainda é preciso aperfeiçoar os indicadores para compreender as particularidades dos crimes cibernéticos cometidos no Brasil e suas regiões.

A taxa de divulgação de cenas de estupro aumentou no Acre em 34%, enquanto o Amazonas tem a menor taxa, de 5%, e Roraima tem a maior, com 212%. A taxa é mensurada em número de casos para cada 100 mil habitantes.

Já as taxas de estelionato por meio eletrônico têm disparado a cada ano. No Acre, esse aumento foi de 3.105%, de 2018 a 2022; em Roraima, foi de 1.619%. Essas informações não estão consolidadas nacionalmente, e a pesquisa foi realizada com dados de cada Secretaria estadual, conforme a disponibilidade. Outro fator a ser levado em conta é que a fraude eletrônica, que antes era tipificada como estelionato, a partir de 2021 passou a ser crime específico por meio da Lei nº 14.155. Não foi possível calcular as taxas de divulgação de cenas de estupro e de estelionato por meio eletrônico para os municípios.

Gestão de Denúncias Cibernéticas – A Safernet Brasil, em parceria com o Senado Federal, Câmara dos Deputados, Polícia Federal, Ministério Público Federal e diversas empresas de tecnologia, desenvolveu um sistema automatizado de gestão de denúncias. O projeto é a resposta brasileira a um esforço internacional, que envolve 22 países dedicados ao combate do uso indevido da Internet para práticas criminosas.

De 2018 a 2022, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos registrou e processou diversos tipos de crimes, como: tráfico de pessoas (aumento de 129%), LBGTFobia (aumento de 87%), pornografia infantil ou pedofilia (aumento de 82%), violência e/ou discriminação contra mulheres (aumento de 68%), racismo (aumento de 9%) e apologia e incitação a crimes contra a vida (redução de 63%). Pornografia infantil ou pedofilia é o maior crime cibernético do Brasil. Atualmente, a violência e a discriminação contra mulheres é o segundo maior crime cibernético. O Acre não possui Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional assinado com a Safernet Brasil.

Estrutura das Forças de Segurança do Acre – Em 2022, o Acre aumentou significativamente seus investimentos em Segurança Pública, chegando a R\$ 1.155,66 por habitante, um aumento de 81,4% em relação aos anos anteriores. Em 2017, o gasto total com segurança foi de R\$ 561.010.492,50, enquanto em 2022 esse valor subiu para R\$ 1.019.216.334,88.

Em 2023, o Acre conta com 10 batalhões de polícia, dois batalhões especiais (BOPE, Policiamento Ambiental) e três companhias independentes (Policiamento de Guarda, Policiamento Escolar e Companhia de Trânsito Urbano e Rodoviário). Em 2020, o efetivo do Acre contava com 2.376 policiais militares, o segundo menor da Região Norte, à frente apenas de Roraima. A frota contava com 530 viaturas, 15 embarcações, dois helicópteros e uma aeronave.

A Polícia Civil do Acre, em 2020, tinha 34 delegacias e nove delegacias especializadas (Delegacias da Mulher, da Proteção à Criança e ao Adolescente, Combate ao Roubo, Homicídios, Combate ao Crime Organizado, Grupo Especial de Captura, Divisão de Repressão a Entorpecentes, Núcleo de Proteção ao Menor e Polícia Interestadual). O efetivo dos policiais civis somava 758 agentes, 81 delegados e 103 escrivães, novamente o segundo menor volume da Região Norte, à frente apenas de Roraima. Somam-se a esses 64 peritos, o menor quantitativo da Região Norte. A frota da Polícia Civil contava com 226 viaturas e dois helicópteros.

O Corpo de Bombeiros tinha, em 2020, nove batalhões e duas companhias independentes. O efetivo do corpo era formado por 444 militares, sendo o menor da Região Norte (Amapá não informou seu efetivo). A frota era composta por 152 viaturas, dois helicópteros e duas aeronaves.

Quanto às atividades realizadas por essas corporações, em 2020 a Polícia Militar fez 8.457 operações policiais e cumpriu 410 mandados de prisão cumpridos. Também houve 2.807 operações de trânsito e 51.862 multas aplicadas. Esses números da PM do Acre são os mais altos de toda a Região Norte. Já a Polícia Civil registrou 30.727 boletins de ocorrência em 2020, o menor volume da Região Norte. Também foram realizadas 1.237 prisões em flagrante e 1.342 mandados de prisão cumpridos pela Polícia Civil.

Os Bombeiros atenderam a 20.887 ocorrências em 2020, quando realizou 5.623 ações de combate ao incêndio, um dos maiores volumes da Região Norte (atrás somente do Pará). Por outro lado, fez 585 atendimentos pré-hospitalares e realizou 163 buscas e salvamentos, os menores volumes de toda a Região Norte.